

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA VARIAÇÃO PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Contributions from the Theory of Variation to the teaching of Portuguese language

Josenildo Barbosa Freire¹

Resumo: Neste trabalho, pretende-se apresentar uma reflexão acerca do percurso do ensino de língua portuguesa desenvolvido nas salas de aula brasileiras, bem como indicar algumas das contribuições que a Teoria da Variação (LABOV, 1966, 1972) pode oferecer ao ensino. Além disso, enumeram-se algumas das estratégias para se trabalhar a variação linguística na sala de aula, sobretudo, do Ensino Fundamental. Neste sentido, esse trabalho está ancorado nos princípios teórico-metodológicos dos estudos sociolinguísticos de orientação laboviana. A metodologia de trabalho adotada é de base bibliográfica e de caráter interpretativo e descritivo. Para realizar o estudo, são consultados os trabalhos de Gregolin (2007), Faraco (2007), Moura (2007). As primeiras análises indicam que é possível a realização de uma articulação teórica e prática entre a Teoria da Variação e o ensino, principalmente, ao possibilitar ao aluno o conhecimento acerca das variedades linguísticas existentes em uma comunidade de fala.

Palavras-chave: ensino; variação; metodologia.

Abstract: In this work, it intends to introduce a reflection about the course of the teaching of Portuguese language developed in the Brazilian class rooms, as well as to indicate some of the contributions that the Theory of Variation (LABOV, 1966, 1972) can offer to the teaching. Besides, some of the strategies are enumerated to work the linguistic variation in the class room, especially, of the Elementary School. In this sense, that work is anchored in the theoretical-methodological beginnings of the studies sociolinguistics of laboviana orientation. The work methodology adopted is of bibliographical base and of interpretative and descriptive character. To accomplish the study, are consulted the works of Gregolin (2007), Faraco (2007), Moura (2007). The first analyses indicate that it is possible the accomplishment of a theoretical and practical articulation between the Theory of the Variation and the teaching, mainly, when allows to the student the knowledge concerning the linguistic varieties that exist in a community of the speech.

Keywords: teaching; variation; methodology.

¹ Mestre em Linguística (UFBP- Proling). Professor da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte, Brasil. josenildo.bfreire@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Neste artigo, objetiva-se realizar uma reflexão acerca da trajetória do ensino de português desenvolvido nas salas de aula brasileiras, bem como indicar algumas das contribuições que a Teoria de Variação² (LABOV, 1966, 1972) pode fornecer ao ensino, visto que além de ser importante conhecer os pressupostos teóricos dessa teoria, faz-se necessário aplicá-la à sala de aula.

Outrossim, pretende-se, também, enumerar algumas das estratégias para se trabalhar a variação linguística na sala de aula, sobretudo, do Ensino Fundamental. Para o estudo, mobilizam-se os pressupostos teóricos da Sociolinguística de orientação laboviana para se realizar a análise. A metodologia é de base bibliográfica e de caráter interpretativa. Para realizar o estudo, são consultados os trabalhos de Gregolin (2007), Faraco (2007), Moura (2007), dentre outros.

Na tentativa de entender e explicar a relação existente entre o ensino e a Teoria da Variação, inicialmente o trabalho traça o percurso histórico do ensino de língua portuguesa no Brasil (1970 – 1990); em seguida, discutem-se algumas questões referentes à variação linguística na prática escolar; na seção seguinte, enumeram-se algumas das estratégias para se aplicar em os pressupostos teóricos da Sociolinguística na sala de aula; e na última seção deste artigo, apresentam-se as considerações finais.

Neste sentido, a partir do quadro conceitual da Teoria da Variação, procura-se desenvolver um estudo que vise discutir questões relacionadas ao ensino de português e à variação linguística, ao mesmo tempo em que se compreende que a escola pode incorporar aos seus conteúdos conceitual, procedimental e atitudinal aspectos referentes às diferenças dialetais.

Além disso, entende-se que é necessário que a escola rompa, paulatinamente, com a tradição normativista de ensino do português e incorpore ao seu currículo princípios que descrevam a natureza do uso linguístico realizado pelas comunidades de fala. Alkmin (2001) afirma que as sociedades de tradição ocidental elegem uma variante e determinam que ela será a norma padrão por estar vinculada à aceitação social e gozar de maior prestígio sociocultural.

² Ressalta-se que, neste trabalho, tomam-se os termos Teoria da Variação e Sociolinguística como sinônimos.

O presente trabalho parte do pressuposto de que a variação constitui-se parte da estrutura linguística dos falantes. Neste sentido, reconhece-se que os processos variáveis não são algo alheio, mas estão vinculados diretamente à língua enquanto sistema e uso de uma comunidade de fala (LABOV, 1969, p. 715). Sendo assim, nada mais natural do que a escola incorporar ao seu currículo a noção de variação linguística como objeto de estudo.

1. PERCURSO HISTÓRICO DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Acredita-se que pensar no ensino de língua é refletir acerca das bases teóricas e metodológicas que direcionam essa prática. Para compreender o ensino de língua portuguesa atual, é necessário entender as etapas ou períodos pelos quais passou o ensino e como se desenvolveu nas últimas décadas no Brasil.

Segundo Gregolin (2007), a prática de ensino de língua, no Brasil, passou por três momentos diferentes entre si e que possibilitaram chegar à atual configuração em que se encontra nas escolas brasileiras.

O primeiro momento consiste naquele iniciado nos anos 1970 em que se percebe um embate entre a Linguística (Estruturalismo e Gerativismo³) e a gramática normativa e algumas contradições que figuravam nos Guias Curriculares desse período. Reconhece-se que esse período do ensino é influenciado diretamente pelas ideias da teoria linguística que adotava uma visão homogênea de língua e o ensino estava centrado na escrita de autores ligados à tradição literária. Entende-se que essa concepção de língua era entendida como sendo o conhecimento linguístico implícito que o falante trazia armazenado em sua mente/cérebro e que compartilhava homogeneamente em sua comunidade de fala.

O segundo período está vinculado às novas propostas oriundas da Sociolinguística e da Linguística Textual, no início dos anos 1980. A heterogeneidade linguística passa a ser colocada em debate dentro do ensino, e ao mesmo tempo, insere-se o tema da textualidade (coesão, coerência, elementos textuais, etc.) à prática pedagógica do ensino de língua portuguesa e o texto passa a ser adotado como unidade básica de ensino. Essa realidade é adotada pelos linguistas, que ainda hoje tentam fazer essa noção ser incorporada pela escola e pelos livros didáticos.

³ Para a referida autora, a representação de língua nessa época vincula-se aos conceitos de homogeneidade.

Finalmente, a partir de 1990, inicia-se o terceiro momento que está ancorado nas mais diversas contribuições da teoria da enunciação e do discurso presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997). A partir de então, as ideias de M. Bakhtin começam a ressoar nos manuais de ensino e/ou nos livros didáticos e em documentos oficiais de diretrizes. Passa-se a entender que os textos são produzidos historicamente e socialmente sob determinadas “ideologias”, e o tema discursividade ganha o centro no ensino.

O PCN de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997, p. 48-49), quando aborda questões relativas à língua oral, usos e formas, é bastante incisivo ao afirmar:

Não é papel de a escola ensinar o aluno a falar: isso é algo que a criança aprende muito antes da idade escolar. Talvez por isso, a escola não tenha tomado para si a tarefa de ensinar quaisquer usos e formas da língua oral. Quando o fez, foi de maneira inadequada: tentou corrigir a fala “errada” dos alunos – por não ser coincidente com a variedade linguística de prestígio social –, com a esperança de evitar que escrevessem errado. Reforçou assim o preconceito contra aqueles que falam diferente da variedade prestigiada.

Percebe-se que o documento oficial aponta para um novo tratamento a ser dado à variação linguística. Deste modo, cabe à escola oportunizar o ensino centrado na discussão das diferenças dialetais. E assim, se o aluno já é usuário de uma variante não padrão, poderá a escola ensinar a padrão, e o ensino se tornará mais estimulante, desafiador e dinâmico.

Mesmo assim, reconhece-se que o ensino vive em crise: “apesar dessas três décadas de discussão, ainda temos que falar em crise do ensino de língua.” (GREGOLIN, 2007, p. 53).

Há de admitir-se que grande é o compasso entre os resultados das pesquisas acadêmicas e o que de fato é ensinado nas aulas de português, mesmo reconhecendo que, como afirma Faraco (2007, p. 41-42), avançou-se na construção de uma pedagogia da leitura e da produção de texto, mas não ainda na pedagogia da variação linguística. Neste sentido:

É necessário rever toda a nossa prática pedagógica que atualmente estamos desenvolvendo, no sentido de entendermos a que fins ela está associada e vinculada. Criar novos roteiros, rever nossa postura diante dos avanços da ciência da linguagem, lançar-se numa profunda e constante reflexão sobre tudo que há em nossa volta, e incessantemente informar-se e formar são atitudes indispensáveis que nos possibilitarão atingir as novas perspectivas que almejamos nas redes de ensino do Brasil. (FREIRE, 2004, p. 42)

Neste sentido, a escola deve pautar o ensino de língua portuguesa nas mais diversas e diferentes práticas sociais de fala e de escrita, abrindo, assim, um espaço privilegiado para o tratamento dado à variação linguística, visto que segundo Faraco (2007, p. 46) é necessário “reunir esforços para se construir uma pedagogia da variação linguística que não escamoteie a realidade linguística do Brasil.”

Entende-se que essa ação passa a acontecer quando a escola é capaz de criar alternativas pedagógicas para o ensino de variação linguística, ao mesmo tempo em que possibilita a reflexão acerca das variedades cultas, garantindo ao alunado adquirir familiaridade com essas variedades e valorizar a diversidade dialetal trazida para a escola e usada como seu instrumento de comunicação e de interação com os outros em diversos contextos comunicativos.

Com o lançamento dos PCN em 1997, pelo Ministério da Educação, acredita-se que considerável ganho foi alcançado, pois esses documentos já contemplam o ensino de variação linguística. Cabe, agora, à escola reorganizar sua prática educativa e incluir a temática da variação como objeto de ensino e de aprendizagem, tomando o ensino da variação como uma prática de ensino em um contínuo, como nos termos de Faraco (2007, p. 45).

Percebe-se que esse contínuo, para o referido autor, consiste em tomar a variação linguística como objeto de ensino-aprendizagem e não como mero ato reconhecedor ou atribuir-lhe certo valor sem indicar os diversos fatores sociais que estão favorecendo a existência da variação dialetal.

2. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA PRÁTICA ESCOLAR

De acordo com Santos & Cavalcante (2001, p. 57), a Teoria da Variação pode efetivamente contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de Língua Portuguesa no âmbito da escola, uma vez que assume que o fenômeno da diversidade dialetal está condicionado por restrições linguísticas (internas ou estruturais) e não linguísticas (externas ou sociais), evidenciando o aspecto heterogêneo inerente à língua e ao seu usuário.

Neste sentido, entende-se que se a sociedade é estratificada socialmente e a língua é um componente dessa coletividade, ao ser usada refletirá essa estratificação social.

Segundo Moura (1999), “o ensino de língua pressupõe o conhecimento da realidade linguística dos usuários dessa língua”. Desse modo, torna-se justificável o tratamento sério e adequado dado à variação linguística por qualquer prática escolar que esteja comprometida com a aprendizagem dos seus alunos, garantindo-lhes o pleno desenvolvimento de sua competência comunicativa.

Sendo os alunos, sobretudo os oriundos da rede pública, usuários de variedades linguísticas que gozam de menos prestígio social, cabe, então, à escola, indicar, por meio da ação pedagógica reflexiva, quais são os contextos socialmente adequados para se fazer uso dessas variedades, e não rejeitá-las ou excluí-las do processo de ensino-aprendizagem, relegando-as a segundo plano ou até mesmo classificando-as como inferiores.

Reconhece-se que a diversidade linguística existente na escola é reflexo da heterogeneidade dialetal que existe entre os próprios aprendizes (MOURA, 2007, p. 1), seja ela de origem, de relações sociais, de valores socioculturais, dentre outros. Sendo assim, aplicar metodologias novas ao ensino torna-se necessário.

Os estudos sociolinguísticos (LABOV, 1972) têm evidenciado que os alunos não têm déficit linguístico, mas são portadores de uma significativa diversidade linguística. De acordo com Moura (2007), a teoria do déficit linguístico⁴ (BASIL BERSTEIN, 1975) não conseguiu se sustentar, pois “diferentes grupos sociais têm diferentes maneiras de falar, mas nenhuma dessas maneiras é deficitária, já que cada uma dessas formas de comunicar é lógica e estruturada.” (MOURA, 2007, p. 12)

Ainda segundo Moura (2007), quando o professor corrige uma dada expressão linguística do aluno⁵ produzida usando uma variante não padrão, está-se ensinando simplesmente esse aluno a pronunciar as palavras de acordo com os traços fonéticos da variante padrão, mas não está ensinando nada de novo sobre as relações lógicas entre os elementos oracionais.

⁴ A Teoria Deficitária, como ficou conhecida, trata da existência de um código elaborado X, um código restrito que é fruto de distintos processos de socialização em grupos e famílias diferentes. As pesquisas labovianas deram origem a essa teoria.

⁵ A autora (op. cit., p. 12-13) ilustra essa afirmação com as seguintes sentenças:

- a) A gente tem qui i cedo pa casa hoje.
- b) Nós temos que ir cedo para casa hoje.

Essas sentenças apresentam a mesma estrutura (concordância verbal, forma pronominal, o verbo “ir” com sentido completo indicando direção, etc.) e as mesmas relações lógicas entre elementos oracionais.

As diferenças entre enunciados ou itens lexicais produzidos em variedades padrão e não padrão não são diferentes cognitivamente, mas socialmente. Desse modo, entende-se que é tarefa da escola, ao compreender essa relação existente na atribuição de valores dados a uma variante em detrimento da outra, e tomar iniciativa explicando a existência dos fenômenos variáveis linguisticamente e esclarecer o seu porquê a partir de embasamento teórico e metodológico oriundo da pesquisa linguística. Consequentemente, ao se trabalhar metodologicamente a variação linguística na sala de aula, as diferenças entre variedades serão incorporadas naturalmente à prática pedagógica como objeto de ensino, análise e reflexão.

Pretende-se que o ensino de língua portuguesa incorpore a temática da variação linguística não em detrimento do ensino das variedades que gozam de maior aceitação e de prestígio social, o que se espera, na verdade, é que a prática desenvolvida no âmbito escolar consiga trabalhar mostrando que a língua, enquanto fato variável, oferece diferentes variantes para serem usadas, e que cada variante deve ser utilizada em um determinado contexto sociocultural anteriormente definido. Não é interesse que a Sociolinguística exclua da prática pedagógica o ensino da variante considerada culta ou padrão, nem tampouco estimular o “vale-tudo linguisticamente”, pelo contrário, espera-se que a partir de princípios definidos teórica e metodologicamente, promova-se o ensino de língua abrangendo a sua variabilidade inerente.

Entende-se que o conhecimento originário da Linguística é pertinente para que se possa compreender o ensino de língua, visto que quando a Linguística ganha visibilidade por meio de sua utilidade para indivíduos e grupos, demonstra-se a sua relevância social (TRAVAGLIA, 2007, p. 118).

3. SUGESTÃO DE ALGUMAS ESTRATÉGIAS PARA SE TRABALHAR A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA

Sendo a ação pedagógica uma prática que não se acomoda (XAVIER & ZEN, 1998, p. 07) e a Sociolinguística um campo específico da Linguística que evidencia a relação existente entre língua e sociedade, diversas podem ser as estratégias utilizadas para desenvolver o ensino que contemple a variação linguística como objeto, sobretudo, nas áreas de leitura e de escrita.

Com relação ao trabalho com leitura, Moura (2007, p. 15) sugere que se comece com materiais cultural e dialetalmente neutros e, paulatinamente, se efetue a transição para a variante aceita como padrão; quanto à escrita, o primeiro passo é identificar quais são suas funções naturais nas diferentes etapas do desenvolvimento da criança.

Para viabilizar o ensino de variação linguística em sala de aula, Moura (2007, p. 20) indica as seguintes práticas:

- a) Uma atitude não preconceituosa, por parte do professor, com relação aos usos da língua, pelos alunos, renunciando aos julgamentos de valor sobre os fenômenos variáveis da língua, detectados tanto na fala quanto na escrita de seus alunos.
- b) Um estudo cuidadoso entre as várias modalidades de textos da fala e da escrita, procurando identificar e analisar marcas ou ausências de traços e diferenças entre os vários textos (forma, de estilo e gramática).
- c) Realizar comparações entre as variantes padrão e não padrão⁶, a fim de que o aluno domine também a variante padrão da língua.
- d) Privilegiar o uso da língua e não apenas o uso da terminologia gramatical normativa.

Percebe-se que essas estratégias possibilitam ao aluno o direito de usar as duas normas (padrão e não padrão) da língua, associando-as aos contextos socialmente adequados para usá-las.

Outra sugestão para o ensino da variação linguística vem de Santos e Cavalcante (2001, p. 51). As autoras propõem que os textos dos próprios alunos (orais e/ou escritos) sejam objeto de estudo da prática de ensino-aprendizagem, que o ensino esteja baseado nos princípios da Sociolinguística e que, a partir deles, seja trabalhado o uso de variedades padrão e não padrão da língua, evidenciando que cada variedade dialetal tem seus contextos determinados socialmente.

Ainda de acordo com Santos e Cavalcante (2001, p. 65-66), para se trabalhar a variação linguística tanto com a língua falada como com a escrita, podem-se utilizar algumas estratégias relacionadas abaixo:

⁶ Ressalta-se que com essa atividade propõe-se a identificação dos traços fonético-fonológicos, morfológicos e sintáticos que caracterizam cada variedade estudada, e não a realização de atividades relacionadas à emissão de juízos de valor.

- a) Apresentar aos alunos gravações de textos produzidos oralmente, podendo ser tanto os textos dos próprios alunos como textos de outras pessoas. É importante que constatem que existe diferença entre os sons que são produzidos oralmente e a escrita padrão desses sons.
- b) Durante o exercício de escrita, o professor pode pedir aos alunos que escrevam, da forma que ouvem, algumas palavras do texto gravado, e que, em seguida, comparem o registro de tais palavras com a grafia padrão.
- c) A etapa seguinte consiste em pedir aos alunos que façam pequenas entrevistas em casa, gravando-as em fitas cassete. O professor juntamente com os alunos deve organizar os roteiros das entrevistas. Também é importante pedir a cada aluno que anote numa ficha a idade aproximada do entrevistado, o local onde ele mora, o sexo e o grau de escolaridade, bem como as dificuldades ocorridas durante a realização de tal tarefa.
- d) Após a discussão a respeito dos fatos ocorridos durante a gravação, o professor pode pedir aos alunos que façam o levantamento de alguns recursos linguísticos que são próprios da língua falada, como “bom, ah-ah, viu, né?, pois é, oxi, nossa, que coisa!, é mesmo?, etc.

Essa proposta de ensino, associadas às estratégias antes mencionadas, pode-se também possibilitar ao aprendente:

- a) Levantar algumas variedades regionais existentes em sua área de localização.
- b) Reconstruir textos, chamando a atenção para a reescrita de sentença, melhorando diferentes aspectos do texto produzido.
- c) Usar diversas mídias digitais para demonstrar a ocorrência de processos variáveis.
- d) Realizar gravações de amostras de falas tanto de alunos quanto de professores para identificação das marcas dialetais que caracterizam cada uma dessas variedades.
- e) Analisar amostras de fala da comunidade onde a escola está inserida e investigar quais os contextos de uso das variantes utilizadas pelos informantes, apontando qual a função comunicativa que cada variante tem dentro dessa comunidade.
- f) Estudar algumas variáveis sociais (sexo, idade, nível de escolarização, etc.) em amostras de fala, destacando as diferenças entre a fala de informantes do sexo masculino e informantes do sexo feminino, ou identificando traços que são próprios da idade de certos

falantes ou não, e reconhecendo-se que determinados fenômenos variáveis estão vinculados ao nível de escolaridade do informante (CHAMBERS, 1995).

É importante que a escola reconheça que a diversidade linguística dos falantes do português do Brasil está estritamente vinculada à heterogeneidade social desses falantes, uma vez que a “[língua]... expressa a diversidade dos grupos sociais que a falam.” (SANTOS & CAVALCANTE, 2001, p. 57). Neste sentido, a inclusão do ensino da variação linguística nas salas de aula brasileiras está justificada, pois o Brasil é um país heterogêneo em seus mais diversos setores.

Diversos são os fenômenos linguísticos que ocorrem na língua e estão condicionados por diferentes variáveis sociais e que podem ser estudados e discutidos em sala de aula. Por exemplo, o comportamento do segmento lateral palatal /ɲ/ (FREIRE, 2011).

No que se refere ao uso variável desse fonema, Quednau (1993, p. 18) afirma que a realização fonética desse segmento causa confusão e alunos em período escolar constantemente trocam a grafia /ɲ/ por [l] e vice-versa, e escrevem, por exemplo, *familha* e *batália* em vez de família e batalha. Entende-se que essa situação pode ser atenuada à medida que o aluno aumenta seu contato com o texto escrito, uma vez que esse tipo de texto é, geralmente, menos insensível à variação, e também quando o professor passa a ter mais conhecimento acerca do modo de articulação dos segmentos laterais no português do Brasil, bem como quando entende a distribuição e o comportamento desse segmento nos ambientes fonológicos que esses fonemas são possíveis de serem produzidos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhece-se que longo foi o percurso realizado pelo ensino de português até iniciar a inclusão das práticas discursivas na atividade pedagógica.

Pretendeu-se deixar claro que há a necessidade de introduzir uma nova metodologia ao ensino de português, sobretudo de estratégias que incorporem a prática de ensino da variação linguística na sala de aula, e que a Teoria da Variação pode fornecer elementos teóricos que auxiliam na compreensão de fenômenos variáveis existentes na língua.

Outro fato é que o ensino de língua é uma prática política, e sendo assim, está associado a determinados interesses de órgãos oficiais do governo responsáveis em orientar a política pública na área da educação.

Neste sentido, entende-se que a Sociolinguística constitui um modelo de análise para se compreender o contraste existente entre os diferentes dialetos do Português do Brasil e fornecer elementos que possibilitem à escola desenvolver o ensino de português pautado dentro da realidade linguística do Brasil.

Acredita-se que os resultados oriundos de pesquisas sociolinguísticas podem ser utilizados no ensino de língua portuguesa, visto que de acordo com Aragão (1994, p. 2): “material didático e paradidático para esse nível de aluno preparado com bases fonético-fonológicas, sem dúvida atingirá muito mais facilmente os alunos, uma vez que pode partir de seu universo sociolinguístico e cultural.”

Ainda segundo Aragão (op. cit., p. 2), a descrição e o conhecimento de diferentes dialetos não só auxiliam na compreensão dos fenômenos variáveis existentes em uma dada língua, mas possibilitam a produção de material didático e pedagógico para ser utilizado no ensino de língua portuguesa, na alfabetização e no Ensino fundamental.

O ensino realizado sob a perspectiva da Teoria da Variação pode demonstrar que a língua é uma parte de uma coletividade (povo, nação, minoria...) e que essa coletividade está sujeita às mais diferentes relações existentes dentro dessa coletividade. Daí, a língua não pode ser tomada como um bloco homogêneo que um agrupamento compartilha socialmente.

Entende-se que as pesquisas sociolinguísticas evidenciam que o falante usa a língua como sistema de possibilidades de dizer algo se utilizando de diversos modos para se referir a esse mesmo signo; e a escola, como instituição social que medeia conhecimentos, pode oportunizar ao seu aluno o uso da língua em diferentes modalidades.

Tem-se entendido que, desde os primeiros trabalhos sociolinguísticos realizados por Labov (1966, 1972) e outros estudiosos, a Teoria da Variação tem apontado a existência da variabilidade inerente em qualquer comunidade de fala e que o uso da língua está condicionado por restrições linguísticas e extralinguísticas. E entendendo que o ensino constitui-se em uma prática social, os professores podem incorporar ao seu campo de trabalho as noções apresentadas pela Sociolinguística em seu arcabouço teórico-metodológico.

A escola, ao receber as contribuições oriundas do campo dos estudos linguísticos, poderá demonstrar que as diferentes circunstâncias sociais podem evidenciar diferentes comportamentos de usos linguísticos dos informantes, mostrando processos de variação linguística existentes nas línguas naturais.

Alguns grupos ou setores da sociedade têm interesse na conformidade do uso linguístico, daí a existência de diversos agentes de standardização da língua: escola, academias de letras, igrejas, governo, universidades, dentre outros. Mas, também, se reconhece que a variação linguística constitui um fato recorrente nas línguas. Então, entende-se que há espaço suficiente na escola para o ensino que contemple as diferenças dialetais e o estudo da variante padrão da língua.

A Sociolinguística foi apresentada como uma base para explicação de variação linguística e é a perspectiva aplicada que se espera ver no ensino de português nas escolas brasileiras.

Reconhece-se que os resultados obtidos apoderam a Teoria da Variação (LABOV, 1966, 1972), sobretudo, ao demonstrar que o uso linguístico está vinculado às pressões internas e externas. Além disso, o uso linguístico é variável e os diferentes contextos evidenciam esse fato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIN, Tânia. Sociolinguística. In: *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, V. 1. MUSSALIM & BENTES (orgs.). 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ARAGÃO, M. do Socorro Silva de. *A despalatalização e a iotização no falar paraibano*. I CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA. *Resumos*. Salvador: UFBA, 1994.

BASIL BERNSTEIN. *Langage et classes sociales*. Paris, Éd. de Minuit, 1975.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHAMBERS, H. J. *Sociolinguistic theory*. Oxford: Blackwell, 1995.

FARACO, Carlos Alberto. Por uma pedagogia da Variação Linguística. In: CORREIA, Djane Antonuci (org.). *A relevância social da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial: Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

FREIRE, Josenildo Barbosa. *Língua Materna e Variação*: quais são os parâmetros? (Monografia de final de curso). UEPB. Guarabira, 2004.

_____. *Variação da Lateral Palatal na Comunidade de Jacaraú (Paraíba)*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Linguística. UFPB, João Pessoa, 2011.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O que quer, o que pode esta língua? Teorias Linguísticas, ensino de Língua e relevância social. In: CORREIA, Djane Antonuci (org.). *A relevância social da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial: Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

LABOV, W. *The social motivation of sound change*. Word, n. 19, p. 273-307, 1963.

_____. *Dontraction, Deletion and Inherent Variability of the English copula*. Language, vol. 45, nº 4, December, p.725-762, 1969.

_____. *Sociolinguistics patters*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

MOURA, Denilda. O tratamento das variantes padrão e não padrão na sala de aula. In: MOURA, Denilda (org.). *Leitura e Escrita: a competência comunicativa*. 1 ed. Maceió: EDUFAL, v. 1 p. 11-26, 2007.

_____. Língua falada e ensino. In: MOURA, Denilda (org.). *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: EDUFAL, p.61-69, 1999.

QUEDNAU, L. *A lateral pós-vocálica no português gaúcho*: análise variacionista e representação não-linear. (Dissertação de Mestrado). 1993.

SANTOS, Maria Benedita dos; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da Silva. Contribuição da Teoria da Variação Linguística ao Ensino de Língua Portuguesa. In: MOURA, Denilda; MORAIS, Gizelda (org.). *Ler e escrever para quê?* Maceió: EDUFAL: FAPEAL, 2001. 72p. 2. edição, revista e ampliada.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A relevância social dos estudos linguísticos e ensino de Língua. In: CORREIA, Djane Antonuci (org.). *A relevância social da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial: Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

XAVIER, Maria Luisa; ZEN, Maria Isabel H. Dalla (orgs.). *Ensino de língua materna: para além da tradição*. Porto Alegre: Meditação, 1998.

Recebido em 15 de maio de 2012.

Aceito em 16 de junho de 2012.